

# 1964: O GOLPE CONTRA AS REFORMAS E A DEMOCRACIA POPULISTA

Caio Navarro de Toledo  
Universidade Estadual de Campinas

## RESUMO

*Este artigo analisa a conjuntura de 1961 a 1964, centralizando sua atenção sobre o governo Goulart. Discute os impasses e contradições da política de conciliação adotada pelo governo, revela a intensa disputa política e ideológica do período e procura entender as razões que levaram civis e militares a conjugar sua ação no sentido de barrar o caminho das reformas sociais e econômicas e golpear a democracia populista.*

**PALAVRAS-CHAVE :** *democracia política, golpe de estado, populismo, luta ideológica, reformas sociais.*

Golpes e contragolpes frequentemente ameaçaram o regime liberal-democrático instituído em 1946. No início dos anos 60, após a frustrada tentativa de Jânio Quadros voltar ao governo com plenos poderes (o renunciante desejava limitar ou suspender o Congresso), tem-se a implantação do parlamentarismo - uma "solução de compromisso" diante do ensaio golpista dos ministros militares com o pleno respaldo de setores civis conservadores. A rigor, a emenda parlamentarista se constituiu num autêntico "golpe branco" posto que a Constituição foi reformada em plena crise institucional que ameaçava transformar-se em "guerra civil" (a Carta de 46 proibia, expressamente, a sua alteração em clima insurrecional). Como já se afirmou, o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Durante os seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram : uma intensa e prolongada crise econômico-financeira (recessão e uma inflação com taxas jamais conhecidas); constantes crises

político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares (as classes médias, a partir de meados de 1963, também entram em cena); fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.

Este período da vida política brasileira é extremamente significativo pois nele se intensificam, se condensam e, no seu final, se resolvem algumas das contradições da democracia populista brasileira.

Passados 30 anos da queda do regime liberal-democrático, são ainda conflitantes as interpretações sobre o governo Goulart. Liberais e conservadores definem os tempos de Jango como a expressão mais acabada de toda a perversidade social (subversão, corrupção, amoralismo, anarquia e caos institucional). Às vésperas de abril de 1964, assim se expressou um dos mais festejados intelectuais liberais brasileiros: "Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos,

no Império ou na República, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até a prostituir tudo quando neste país existe de organizado”( GUDIN , s/d).

Dentro do largo espectro do pensamento de esquerda, vários são os julgamentos sobre o período Goulart; para uns, tratou-se de um autêntico governo nacionalista, democrático e popular. Nesta linha estão aqueles que compartilham com a visão do ex-chefe da Casa Civil de Goulart, o antropólogo Darcy Ribeiro, para quem o governo de Jango foi derrubado exatamente “por suas qualidades” (tentativas reformistas). Para outros, estávamos diante de um governo de caráter populista e reformista burguês, sem nenhum real compromisso com transformações mais amplas da ordem econômico-social. Alguns vão mais longe nesta crítica: para estes, o governo Goulart “foi o mais eficiente agente das classes dominantes e do imperialismo na contenção de avanço popular. De traição em traição chegou à (...) entrega do poder à direita”(SCHILLING, 1979).

Não obstante as divergências de interpretação, as esquerdas concordam, em geral, que, nos poucos meses da administração de Goulart, verificou-se - para profundo desagrado de liberais e conservadores - um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras, sem precedentes na história social brasileira. A política começava a deixar de ser privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas. Como acertadamente afirmou um estudioso da cultura brasileira, naqueles tempos “o país estava irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARZ, 1976).

### I. A BATALHA CONTRA O PARLAMENTARISMO

Sob rédeas relativamente curtas, João Goulart iniciou o seu governo na versão parlamentarista (o Presidente da República deixava de responder oficialmente pelo

poder Executivo para assumir a simbólica função de Chefe de Estado). Na breve experiência parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963), o país veria sucederem-se três Conselhos de Ministros, além de se defrontar com o agravamento de sua situação econômico-financeira (herdada do desenvolvimentalismo de JK e da precipitada reforma cambial de Jânio Quadros) e se debater ainda como novas crises político-institucionais.

Ninguém contesta que o regime parlamentarista fracassou. Incapaz de resolver as crises institucionais que ele provocava, o parlamentarismo brasileiro revelou-se também ineficaz do ponto de vista administrativo. O caráter híbrido e dualista do sistema - o Presidente da República e o Conselho, além de disputarem o controle do Executivo, divergiam quanto aos seus programas e prioridades de governo - dificultava a tomada de decisões que a realidade social e econômica do país urgentemente demandava. Para além disso, o Congresso, que encerrava a sua legislatura em 1962, sendo majoritariamente conservador (aliança PDS/UDN), constituiu-se num sólido obstáculo ao encaminhamento de políticas reformistas oriundas do Executivo (como ocorreu, por exemplo, durante o gabinete de Brochado da Rocha). Disposto a governar, não apenas a reinar, Goulart se empenhou decididamente na abolição do novo regime. Nessa batalha contou com o apoio de amplos setores políticos (com exceção da UDN). Poucas razões igualmente tinham os trabalhadores para defender o parlamentarismo; a rigor, a luta pela retomada do presidencialismo significava, simplesmente, dar um “voto de confiança” ao Presidente da República que vinha postulando publicamente a realização de reformas de base na estrutura da sociedade brasileira. Em janeiro de 1963, após uma derrota fragorosa nas urnas, o parlamentarismo era revogado. João Goulart reassumia os plenos poderes que a Carta de 1946 conferia ao Chefe do Executivo.

## II. UM PLANO PARA A CRISE

Todas as indagações passavam a se resumir na seguinte: conseguiria o governo presidencialista de Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que há 2 anos desgastavam a administração pública? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do déficit do balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas. Neste sentido, é inegável que os tempos de Goulart foram extremamente férteis pois nele se processaram intensos debates sobre os rumos e as direções que deveriam ser trilhadas pela economia e sociedade brasileira.

Como era previsível, o Executivo anunciava que seu plano de governo tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentados pelo conjunto da sociedade brasileira. Esta ambiciosa proposta foi denominada de "Plano trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965" - elaborada pelo economista Celso Furtado (Ministro do Planejamento), com a colaboração de San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda). A concepção e a execução do Plano (o principal documento produzido durante toda a administração Goulart), bem como as reações dos diferentes setores sociais, contribuem de forma significativa para uma avaliação política do governo Goulart. A análise da composição do primeiro ministério presidencialista juntamente com o exame crítico do Plano demonstram de forma eloqüente o estilo conciliador que predominou durante todo o governo. No ministério encontravam-se políticos conservadores do PDS, petebistas "fisiológicos" e "ideológicos" e militares "duros". Por outro lado, na sua formulação teórica, o plano julgava poder harmonizar e satisfazer interesses contraditórios - de patrões e empregados, de proprietários e de trabalha-

dores assalariados.

O Plano Trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de esquerda, o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática o Plano pedia - como o fazem todos os planos de "salvação nacional" - que os trabalhadores (novamente) apertassem os cintos, em nome de benefícios que viriam obter a médio prazo. Os tradicionais apelos à "colaboração" e ao "patriotismo" da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do Plano. Inicialmente, as "classes produtoras" saudaram a proposta governamental; mas esta sofreria os seus primeiros (e fortes) abalos com os protestos vindos dos setores sindicais e das organizações políticas nacionalistas e de esquerda. Logo nos primeiros dias de fevereiro, o CGT difundia um manifesto onde se denunciava o "caráter reacionário" do plano de Furtado/Dantas. As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as conseqüências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os aviltados orçamentos das classes populares. CGT, PUA, FPN, UNE, "grupo compacto" do PTB se unem na condenação do Plano.

Os aspectos antinacionais da política econômico-financeira do governo se evidenciaram por ocasião das conversações Brasil/EUA sobre a negociação da assistência econômica norte-americana e refinanciamento da dívida externa brasileira. O Plano Trienal - segundo as autoridades brasileiras - era a prova concreta que o governo oferecia para demonstrar o nosso enquadramento dentro da ortodoxia propugnada pelos EUA e pelo FMI.

O caso da tentativa de compra da

American Foreign Power (AMFORP) veio macular ainda mais a imagem do chamado governo nacionalista. Ao mesmo tempo que retirava os subsídios para o trigo e petróleo e cortava investimentos públicos, o governo anunciou que estava prestes a adquirir, por 188 milhões de dólares, 12 usinas norte-americanas. Jango cedia às pressões do governo dos EUA e adquiria um autêntico “ferro-velho”. As críticas dos setores nacionalistas foram intensas; como alguns técnicos ligados à própria administração federal esclareceram, tratava-se de uma verdadeira negociata. O governo, contudo, recuou diante desse “crime de lesa-pátria”, conforme denunciavam os setores de esquerda nacionalista. (A AMFORP seria adquirida meses mais tarde por iniciativa do governo de Castello Branco).

### III. A BATALHA PELAS REFORMAS

Ao finalizar o ano de 1963, o malogro do Plano Trienal era reconhecido por todos: nem desaceleração da inflação, nem aceleração do crescimento tinham ocorrido. Houve, sim, inflação sem crescimento.

Tão logo se esboçava o fracasso do plano - antes mesmo da conclusão do primeiro semestre de 1963 -, o governo Goulart passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc). Como reconhecia o Plano, as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento. De outro lado, as reformas se impunham para atenuar as tensões sociais acumuladas que se expressavam através de conflitos visíveis e latentes. O caso da reforma agrária era exemplar. Era preciso aumentar a produção de alimentos, de matérias-primas para a indústria e criar no campo um mercado para os bens manufaturados. Mas principalmente, era preciso evitar a “convulsão social”. Recentemente, um dos mais íntimos colaboradores de Goulart esclareceu: “(...) o que Jango tentava fazer não tinha nada de muito

ousado nem de radical. Ele dizia sempre que, se o número de proprietários rurais fosse elevado de 2 para 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida (...) Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social” (RIBEIRO, 1981).

Apesar de não possuir nenhum sentido revolucionário, correspondendo, assim, às necessidades de consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa, a reforma agrária foi fortemente combatida no Congresso, PSD e UDN, representando os interesses dos grandes proprietários rurais e de expressivos setores da Igreja Católica, negaram apoio a qualquer emenda constitucional que viabilizasse a reforma agrária proposta pelo governo. Com esta decisão, o Congresso Nacional demonstrava que o caminho das reformas seria difícil e tormentoso.

A partir daí, os setores nacionalistas vão desencadear uma intensa e ampla campanha de pressão sobre o Parlamento. Através de comícios, passeatas e manifestos, as organizações reunidas em torno da Frente de Mobilização Popular (FPN, CGT, Ligas camponesas, PCB etc), passam a exigir “reformas já!”. Ameaçando os conservadores, clamava-se com o slogan: “reforma agrária: na lei ou na marra!” Em contrapartida, os setores de direita (IPES/IBAD, ADP, Igreja, associações femininas etc), alguns amplamente financiados pela embaixada norte-americana e empresas multinacionais, passaram a denunciar a “subversão” e a “comunização do país”. Segundo estes setores, o governo era acusado de estimular a “desordem e a agitação social”.

Sem base de sustentação no Congresso, o governo Goulart se enfraquecia, pois dele se afastavam seus tradicionais aliados. Embora agitasse as bandeiras do nacionalismo e das reformas sociais, o governo, porém, protelava indefinidamente a reali-

zação de medidas populares e nacionalistas que independiam de aprovação legislativa. Entre estas se destacavam: a regulamentação da lei de remessa de lucros (aprovada desde setembro de 1962 pelo Congresso), a nacionalização das concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos e indústrias farmacêuticas, o monopólio das exportações de café pelo IBC, a ampliação do monopólio estatal de petróleo etc. Além disso, o governo entrava em choque com os setores da esquerda nacionalista pois afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores não-pelegos do movimento sindical e condenava iniciativas políticas de esquerda (uma delas foi a proibição de um congresso em defesa da revolução cubana). As concessões à direita não se limitavam a estes fatos pois os mais importantes cargos da administração federal (responsáveis pela direção da política econômico financeira) eram reservados aos representantes das classes dominantes (empresários, banqueiros e latifundiários) ao mesmo tempo que eram indicados “duros” das Forças Armadas para estratégicos postos de comando.

Sob permanente desconfiança da direita e da esquerda, o governo Goulart acabaria gradativamente se isolando politicamente. Sua ambiguidade e fraqueza políticas se evidenciaram de forma definitiva no episódio do frustrado pedido de estado de sítio (outubro de 1963). Para impedir “grave comoção intestina com caráter de guerra civil”, o Executivo solicitou amplos poderes ao Congresso. Os fatos que punham “em perigo” as instituições democráticas e a ordem política eram assim relatados: indisciplina nas PMs estaduais e “sublevação de graduados e soldados” (“revolta dos sargentos” em Brasília); “freqüentes reivindicações salariais agravando a crise político-social” (na ocasião, em São Paulo, ocorria uma greve de bancários e o PUA ameaçava com uma decretação de greve geral). Por fim, apontava-se o fato de existirem governadores de importantes estados “conspirando contra a Nação”. Se

o estado de sítio visava Carlos Lacerda (e, por tabela, Adhemar de Barros), quem poderia negar que o “esquerdista” Miguel Arraes (governador de Pernambuco) não estaria também na “lista de saneamento”, elaborada pelos militares “duros”, com a inteira anuência de Goulart?

Uma vez mais, o Congresso derrotou Goulart. Direita e esquerda, por razões distintas, abriram cerrado fogo contra o governo. Se os liberais se assustavam com o fantasma de Vargas (imaginando um golpe semelhante ao de 1937), os setores de esquerda viam no estado de sítio uma tentativa clara de reprimir os movimentos populares (fechamento do CGT, das Ligas, da UNE, além da prisão de líderes políticos nacionalistas e populares).

Nos meses seguintes, uma pergunta passou a dominar a cena política: quem dará o golpe? Para a direita, era Goulart quem o articulava através de seu “dispositivo militar” e com a colaboração dos setores nacionalistas e populares. As “evidências” arroladas eram: as manifestações de ruas em defesa das reformas, as manifestações de camponeses, as freqüentes greves (em particular as greves políticas comandadas pelo CGT), as revoltas das camadas subalternas das Forças Armadas, a “subversão” estudantil etc. Enquanto a direita promovia sua “campanha cívica” com grande alarde, as esquerdas - embora denunciasses as manobras golpistas da reação (lideradas pelos governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara; a ação da imprensa conservadora; as atividades de IPES/IBAD; as campanhas anticomunistas do Pe. Peyton e do “rearmamento moral” etc) - não deixavam, contudo, de levantar suspeitas e desconfianças face aos propósitos de Goulart. Apesar das vacilações deste, as esquerdas, contudo, entendiam que ainda deviam manter-se em torno do governo. Não lhes convinha politicamente romper com Goulart.

Novamente, buscaram elas convencer Goulart que sua única “saída e alternativa” era vincular-se de forma inequívoca com

os setores populares e nacionalistas, lançando-se definitivamente no caminho das reformas ao mesmo tempo que deveria romper com os setores conservadores, representados pelo PSD e UDN.

O balanço de 1963 revelaria de forma dramática o fracasso da política econômica: o índice geral dos preços alcançou 78% (previa-se 25%), a taxa do PIB chegou ao seu ponto mais baixo (1,5%). Sem crescimento econômico e com uma elevada inflação, todos reclamavam. Muitas greves iriam espoucar durante os primeiros meses de 1964. Em apenas 15 dias de janeiro, ocorreram 17 na Guanabara: em fevereiro e março, as paralisações de trabalhadores rurais do Nordeste foram intensas. Na Paraíba, Pernambuco, Goiás e Minas as invasões de terra eram denunciadas com enorme sensacionalismo pelos meios de comunicação. O governo era implacavelmente denunciado pelas classes dominantes pois não reprimia esses movimentos "subversivos".

Convencido que a direita golpista "fechava o cerco", Jango começou a se voltar para a esquerda. Em meados de janeiro, sob intensas críticas de setores da burguesia nacional associada ao capital multinacional e dos credores estrangeiros, Goulart regulamentou a Lei de remessa de lucros. Semanas atrás, para desagrado dos investidores estrangeiros e da burguesia associada, assinou um decreto onde se procedia a uma "completa revisão de todas as concessões governamentais na indústria de mineração". Para o conjunto das forças militares e setores políticos liberais e conservadores - bem como para a embaixada norte-americana, ativa participante em toda a conjuntura -, não restavam mais dúvidas quanto à "comunização" do governo e dos perigos que isto representava para o "mundo livre" e para o regime capitalista. A definitiva "guinada para a esquerda" se daria no dia 13 de março.

### IV. O COMEÇO DO FIM: SEXTA FEIRA, 13

Na história da democracia populista brasileira, poucos atos públicos tiveram tamanho impacto e repercussão políticos quanto o comício das reformas. Com amplo apoio oficial e sob a proteção de um eficiente esquema de segurança armado pelo I Exército, mais de 200 mil pessoas se reuniram para exigir as reformas de base, medidas nacionalistas e populares e a ampliação das liberdades democráticas. Do imenso conjunto de cartazes e bandeiras desfraldados, destacavam-se frases que só podiam inquietar as classes dominantes e classes médias: "Reformas ou revolução"; "Força para os militares gorilas"; "Defenderemos as reformas à bala"; "Legalidade ao PCB"; "Reeleição de Jango". Após 3 horas de inflamados discursos, Goulart encerrou o ato anunciando - através de dois decretos do Executivo - a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais. Na fala mais aplaudida do ato, Leonel Brizola exigiu o fim da "política de conciliação", postulou a emergência de um "governo nacionalista e popular" e a "derrogação do atual Congresso".

Brizola foi veemente em sua crítica ao Congresso Nacional, "poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários e privilegiados". Suas palavras finais nesse comício iriam provocar ainda mais a fúria dos conservadores e liberais: "A única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um Congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional". Nos dias seguintes, a palavra de ordem dos brizolistas, agrupados em torno dos "grupos de onze", seria: "Constituinte popular!"

A sorte estava lançada. Desde o início

de março, setores das classes médias e da burguesia - sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé e da moral - saíram às ruas em diversas capitais do País para pedir o impeachment de Goulart. Em São Paulo, a “marcha da família com Deus pela liberdade” teve o mais amplo apoio do governo do estado, da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira e de setores da Igreja católica. Em Belo Horizonte, Brizola foi escorraçado por grupos tradicionalistas. Dessas manifestações praticamente estiveram ausentes os operários e as organizações populares (com exceção de alguns líderes “democráticos” de organizações sindicais financiadas abertamente pelo IPES/IBAD e centrais sindicais controlados pelo governo norte-americano). Como observou um estudioso, tais manifestações públicas tinham o propósito de “criar clima sócio-político favorável à intervenção militar, bem como incitar diretamente as forças armadas ao golpe de Estado” (SAES, 1981).

Alarmada com a indisciplina e a quebra da hierarquia em suas fileiras, com a politização crescente em seus quadros subalternos e com as “agitações comandadas pelo ilegal poder do CGT”, a alta oficialidade das Forças Armadas - que a contragosto aceitara a posse de Goulart em 1961, passando desde então a conspirar contra ele - decidiu agir prontamente. Dois episódios, após o comício do dia 13, levaram os militantes golpistas a dizer um *basta* ao governo de Goulart. O primeiro foi a “revolta dos marinheiros”, no dia 25 de março na Guanabara, envolvendo mais de mil fuzileiros navais e marinheiros.

O governo, alguns dias depois, decretaria a anistia de todos os revoltosos. Esta medida teve o efeito de uma verdadeira bomba no Clube Naval e no Clube Militar. O segundo acontecimento se deu 5 dias depois. Apesar de ser aconselhado em contrário, Goulart compareceu a uma reunião da Associação dos Suboficiais e Sargentos da PM da Guanabara. No discurso, transmitido por Rádio e TV, o presidente, de forma dramática, denunciou

as pressões que vinha sofrendo da reação, apoiada e financiada pelo imperialismo e pela grande burguesia associada. Para alguns autores, o gesto intempestivo tinha ressonância semelhante à carta-testamento de Vargas. Sem atirar contra o próprio peito, Goulart preferiu o suicídio político.

Na madrugada de 31 de março, algumas horas antes da data marcada pela alta oficialidade para o desencadeamento do golpe, o general Mourão Filho (4ª Região Militar) - para surpresa e desagrado dessa mesma oficialidade - ordenou às suas tropas que se movimentassem em direção ao Rio de Janeiro. Mesmo informado dessa ação, Goulart recusou ordenar um ataque aéreo de intimidação - não necessariamente abrindo fogo - contra os revoltosos (naquelas primeiras horas, militarmente inferiores e ainda sem uma estratégia coordenada com os demais centros militares do país). O chamado “dispositivo militar” de Goulart jamais seria acionado e Jango abriria mão do poder sem a menor luta, partindo rumo ao sul do país. Ali, mesmo pressionado por Brizola e outros, recusou novamente qualquer reação contra os golpistas. Preferiu a fuga garantida para as suas propriedades no Uruguai.

Podia o golpe ter sido evitado? Resposta difícil em termos de objetividade histórica pois estamos em pleno terreno da especulação e dos “possibilismos”. Acreditamos, no entanto, que são bastante razoáveis as ponderações de Herbert de Souza: “Acho que houve falta de direção política articulada com a resistência militar. Se as tropas do Mourão tivessem sido atacadas, elas se entregariam. Se este movimento tivesse sido abortado lá, o General Amaury Kruehl continuaria em cima do muro, o II Exército não se definiria, a Vila Militar não desceria, e provavelmente o golpe teria outro resultado” (SOUZA, 1989). Ou seja, o golpe teria sido abortado. Uma outra configuração política dali surgiria. Mais à direita ou mais à esquerda, não se pode afirmar com certeza. Assim, não haveria, em abril de 64, uma ruptura

institucional, mas um re-arranjo das forças políticas existentes naquela conjuntura. Na mesma linha de raciocínio hipotético, assinalou um importante oficial nacionalista, homem de confiança de Goulart, Brigadeiro, Francisco Teixeira: “Apesar do desgaste que vinha sofrendo o governo, se o Presidente decidisse resistir, contra-atacar (...) talvez tivesse ganho aquela parada. Ou, pelo menos, estabelecido uma luta mais prolongada. Mas ele resolveu não resistir” (TEIXEIRA, 1989).

A própria direita se surpreendeu com a facilidade com que chegou ao poder. Um jornalista simpático aos golpistas viria depor nesta linha: “Não houve luta. Goulart com seu ‘dispositivo militar’, com seu ‘Quinto Exército’ do CGT, UNE e PUA, caiu com espantosa facilidade”. Mas, como este mesmo jornalista observou em seu livro, o governo Goulart revelou não apenas incompetência como completa falta de vontade política de barrar o caminho do golpe. Quatro meses antes, Abelardo Jurema, ministro da Justiça de Jango, em entrevista jornalística, denunciou com amplos detalhes a existência de reuniões de conspiradores contra o regime. Falou dos lugares onde se davam estas reuniões e deu os nomes dos principais golpistas. Nestas reuniões, compareciam regularmente o almirante Rademaker, Sylvio Heck, Brigadeiro Márcio de Souza Mello, General Olympio Mourão Filho, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Marechal Odylio Denys. Por parte dos civis, compareciam, entre outros, o jurista Francisco Campos e representantes do Doutor Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal “O Estado de São Paulo”. Como se sabe, todas elas figuras proeminentes do golpe vitorioso. Conclui o jornalista: “(...) é de espantar que, a quatro meses da revolução, portanto com suficiente tempo, não houvesse (o governo Goulart, CNT) adotado providências. Subestimou a importância das reuniões” (STACCHINI, 1965). O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas

populares e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo janguista, não conseguiram as organizações populares e sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente face ao capitulacionismo do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudo-revolucionária, no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas com a ação militar, amargando uma derrota arrasadora e desmoralizante. As massas populares e trabalhadoras não deram um passo - a não ser em casos muito isolados - em defesa do governo populista, assistindo passivamente o desmantelamento de suas organizações políticas e sindicais bem como a prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um “castelo de cartas” desabou a chamada frente democrática que reuniria operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes - na época considerada como uma “força sólida e inexpugnável” diante de qualquer veleidade golpista, afirmavam as lideranças de esquerda<sup>1</sup>.

### V. ALGUMAS CONCLUSÕES

No início dos anos 60, os impasses do capitalismo brasileiro impunham ao Estado a realização de um conjunto de reformas sociais, econômicas e institucionais. O governo Goulart representou, de um lado, a tentativa de se fazer avançar a economia para um novo patamar do capitalismo brasileiro e, de outro, a procura de soluções para os graves conflitos e tensões sociais que se agudizaram a partir do período desenvolvimentista. Tais reformas, contudo, constituíram-se em simples consignas políticas; na verdade, seja pela negativa do Congresso majoritariamente conservador e antireformista, seja pela incompetência política do Executivo, nunca conseguiram ser implementadas. Como se mostrou, no momento em que passou a demonstrar maior determinação na aprovação das reformas, o governo teve seu caminho barrado pelo golpe de Estado.



No caso da reforma agrária, política e economicamente a mais importante das propostas do governo, Goulart sempre contou em seus cálculos com a oposição dos grandes proprietários rurais e de suas organizações políticas e associações de classe. Julgava, no entanto, que teria, em compensação, o respaldo político da burguesia industrial brasileira para a consecução de seu programa reformista. Ficou comprovado, porém, para igual decepção da esquerda nacionalista - defensora de uma frente antilatifúndio -, que nunca foi politicamente significativo o compromisso da burguesia brasileira com a realização das reformas sociais e econômicas postuladas nesse período. Conclusão análoga pode ser retirada da questão do nacionalismo. O nacionalismo da burguesia brasileira sempre teve um caráter eminentemente pragmático; ou seja, dependendo das circunstâncias e das suas conveniências, a burguesia se opõe ou se associa ao capital multinacional. Neste sentido, deve-se também afirmar que o nacionalismo do governo Goulart - tal como o de Vargas -, teve uma dimensão mais retórica do que uma prática efetiva e consequente. A conciliação com o imperialismo foi uma constante durante todo o governo Goulart. A adesão do Plano Trienal ao receituário do FMI, a tentativa de compra da AMFORP e a protelação da regulamentação da Lei de remessa de lucros são exemplos que negam a tese de existência de um "governo eminentemente nacionalista". Reconheça-se, contudo, que o Executivo, em seus discursos, verberava contra a "espoliação imperialista" e sempre manteve estreitas relações com os setores políticos nacionalistas.

A aproximação com as organizações políticas das classes populares e trabalhadoras fazia-se através do reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações, do apoio à entidades ditas ilegais (CGT, PUA, Ligas etc), da não repressão às greves políticas, da extensão legislação trabalhista ao campo e do respeito às franquias democráticas. Havia subordinação, mas a

tutela da maioria dessas entidades à política populista de Jango nunca foi completa e incondicional. Bem se sabe que a estrada do populismo tem duas mãos e sua política tem duas faces. A "guinada para a esquerda", nos últimos meses, foi inclusive interpretada com muitas suspeitas e reservas por essas entidades. Desta forma, o governo Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes.

Até meados de 1963, pode-se afirmar que o governo obteve um relativo apoio de expressivos setores da burguesia industrial brasileira. Contudo, a partir do momento que se comprova a incapacidade do governo de reverter a tendência estagnante da economia, a sua tolerância diante da ampliação das greves e o clima de agitação social permanente - interpretado e magnificado pela reação como sinal de "comunização" do país -, a quase totalidade da burguesia brasileira passou a conspirar ativamente contra o governo. Pode-se afirmar que a crise econômica e o avanço político-ideológico das classes trabalhadoras e populares passavam a ser encarados como realidades sociais inaceitáveis. Difundiam os ideólogos liberais e conservadores que as classes subalternas, no limite, buscariam impor soluções não-burguesas à crise econômica e social. Tal ameaça - objetivamente muito remota, como se sabe - provocou a unificação política das classes dominantes.

O golpe de 1964, como esclareceu um renomado sociólogo, visou, fundamentalmente, impedir a "transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada" (FERNANDES, 1981). Ou como afirmamos em outro lugar: "A crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o Executivo a romper os limites do pacto populista, levou o conjunto das classes dominantes e setores das classes médias - apoiados e estimulados por agências governamentais norte-americanas e empresa multinacionais - a condenar o

## DEMOCRACIA POPULISTA E O GOLPE DE 64

---

governo Goulart. A derrubada do governo contou com a participação decisiva das Forças Armadas, as quais - a partir de meados de abril de 1964 - impuseram ao país uma nova ordem político-institucional com características crescentemente militarizadas”(TOLEDO, 1993). O regime militar instalado promoverá a chamada “modernização conservadora”, excluindo da cena política e social as classes trabalhadoras e

populares, pondo fim a uma experiência de democracia política populista considerada intolerável para as classes dominantes brasileiras. Nada de muito surpreendente na história política de um país cuja burguesia tem revelado pouco empenho na emergência e consolidação de uma ordem política democrática que possa favorecer as lutas dos trabalhadores e dos setores populares.

*Caio Navarro de Toledo é professor do departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e autor de ISEB: Fábrica de ideologias (Ática, 1978) e O governo Goulart e o golpe de 64 (Brasiliense, 1982).*

### NOTAS

<sup>1</sup> A questão das “responsabilidades” da esquerda no golpe ainda se constitui num tema polêmico. Poderiam as esquerdas ter contribuído para a não deflagração do golpe? Em suma, o golpe poderia ter sido evitado caso as esquerdas tivessem tido uma outra política na conjuntura do pré-64? Para os setores da atual “esquerda democrática”, as esquerdas teriam contribuído negativamente para a ocorrência do golpe de Estado na medida em que a retórica radical assumida por elas provocou o temor e o conseqüente afastamento dos liberais de uma possível frente política em defesa do regime democrático. Se as esquerdas valorizassem mais a democracia - não tendo dela uma concepção instrumentalista, arguem os adeptos da esquerda moderna -, possivelmente o golpe seria evitado. Nesta visão, as esquerdas deveriam ser menos maximalistas em relação às reformas sociais em troca da garantia da institucionalidade democrática. Intelectuais social-democratas e os defensores da tese da “democracia como valor universal” partilham desta posição. Num livro publicado recentemente, a cientista política Argelina Figueiredo ao examinar um dos cenários possíveis que combinassem reformas e democracia no governo Goulart, assinala:” De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas busca-

vam essas reformas ainda que ao custo da democracia(...) Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical” (FIGUEIREDO, 1993). Conclui que tanto a esquerda radical como a direita sempre tiveram uma concepção instrumentalista da democracia, sendo ambas responsáveis pela quebra da institucionalidade democrática. Num extremo oposto, Jacob Gorender argumenta que as esquerdas poderiam ter evitado o golpe de direita caso fossem conseqüentes politicamente. Ao contrário da maioria dos intérpretes de esquerda, julga que o “período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século (...) O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária (..) Houve possibilidade de vencer, mas foi perdida” (GORENDER, 1989). Neste sentido, para o autor, as esquerdas falharam por não terem sido capazes de organizar as massas populares e trabalhadoras para a revolução. O golpe, pois, se definiu pelo “caráter contra-revolucionário preventivo”. Todas as interpretações acima, no entanto, carecem de dados e evidências empíricas

que configurem respostas concludentes. De toda forma, como se observou acima, mesmo que pesquisas sérias e rigorosas venham ser realizadas, a própria natureza da questão - "poderia o golpe de 64 ter

sido evitado" ? - necessariamente implica um alto grau de especulação histórica, embora não deixe de ter plena legitimidade teórica e política.

#### BIBLIOGRAFIA

**FERNANDES**, Florestan. (1981). *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo, Hucitec.

**FIGUEIREDO**, Argelina. (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas na crise política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**GORENDER**, Jacob. (1989). *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática.

**GUDIN**, Eugênio. (s/d). *Por um Brasil melhor*. Rio de Janeiro, APEC.

**RIBEIRO**, Darci. (1981). Entrevista. In: DANTAS, L. (org.) *História Vivida II*. São Paulo, OESP.

**SAES**, Décio. (1981). "Classe média e política no Brasil". In: FAUSTO, B. (org.), *História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano*. Tomo III, São Paulo, Difel.

**SCHWARZ**, Roberto. (1976). *O pai de família e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**SCHILLING**, Paulo. (1979). *Como a direita se coloca no poder*. Rio de Janeiro, Global

**SOUZA**, Herbert J. (1989). "Personagem 6" (depoimento). In: Moraes, D. (org.) *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

**STACCHINI**, José. (1965). *Março de 64: mobilização da audácia*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.

**TEIXEIRA**, Francisco. (1989). "Personagem 5". In: Moraes, Dênis (org.) *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

**TOLEDO**, Caio N. de. (1993). *O governo Goulart e o golpe de 64*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense.